

Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Rondônia

Professor Luis Fernando Novoa Garzon

Nome do componente: PODER E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Carga horária: 80 horas

Ementa:

O curso aborda a região Amazônia em sua perspectiva de conflito, envolvendo as dimensões de disputa de poder e projetos de desenvolvimento. Apresenta uma análise sobre a Amazônia brasileira, a partir do regime militar até os dias atuais e, também, situa a região amazônica no cenário regional e internacional.

Objetivos:

Discutir os processos de poder e desenvolvimento na região amazônica. Problematizar os conceitos de poder e desenvolvimento. Compreender os dilemas que envolvem a região amazônica, no que se refere aos projetos de desenvolvimento. Elencar as problemáticas visualizar entre os projetos de desenvolvimento, o poder local e a cultura e os povos tradicionais da Amazônia. Conhecer as propostas e estratégias de cooperação e integração dos países amazônicos. Problematizar os discursos de defesa da Amazônia no cenário internacional.

Objetivos específicos

A expansão territorial das frentes de mineração, do agronegócio, de grandes hidrelétricas, da exploração de petróleo e gás – como moto-contínuo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina, assumiu uma forma extensiva nos 1990 e extensiva-intensiva a partir dos anos 2004, no que se convencionou chamar de “boom das commodities”. A despeito de variações nos arranjos internos,, os diferentes Estados-nação da região dedicaram-se à atração de investimentos internacionais, recorrendo a níveis crescentes de desregulação econômica, social e ambiental. Trata-se de um capitalismo em rápido deslocamento que faz do deslocamento compulsório de pessoas um fator extensivo e intensivo de abertura de novas fronteiras para o mercado. A forma predominante específica de produção e realização de valor no Brasil se processa como veloz assalto ao setor público e aos direitos sociais, segmentando ausências e presenças e definindo reconhecimentos condicionados a patamares mínimos de lucratividade. Tornaram-se explícitos as capturas empresariais de agências públicas com a finalidade de aprofundar a especialização e instrumentalização dos territórios e dos recursos ambientais neles contidos. A flexibilização da legislação ambiental ou o descaso em sua aplicação; o desmonte dos órgãos ambientais e a criminalização das lutas sociais, são alguns desses procedimentos. A presente disciplina visa discutir os modos pelos quais as normas sociais e ambientais das nações, regiões e localidades que cedem às pressões empresariais são suprimidas ou esgarçadas, fazendo com que as corporações dispensem a chamada política de consenso baseada em estratégias de controle territorial, de responsabilidade social e ambiental, e de processos de compensação e cooptação.

Recursos didáticos e procedimentos de Avaliação

Análise das trajetórias e conceitos. Estudos de caso de poder/governamentalidade empresarial-governamental

Seminários temáticos: 100

Artigo escrito: 100

Média: $100+100/2=$ média final

Bibliografia básica sequencial

Texto 1

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 80, p. 109-125.

Texto 2

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista e O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

Texto 3

CASTRO, Edna Ramos de, ÍNDIO Campos. Formação Socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. p 15-37

Texto 4

THÉRY, HERVÉ. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. Estudos Avançados, IEA-USP n. 19, 2005, p. 35-49

Texto 5

COSTA, Rodrigo Portugal da. Política Regional na Amazônia: a PNDR II p. 99-126 In Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas / Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

Texto 6

BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. Campos 14(1-2):37-55, 2013

Texto 7

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução. p 47-70 in Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas/ Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida et al. – 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

Texto 8

NOVOA GARZON, L. F. Processos de territorialização empresarial na Amazônia: significados e decorrências. INTERTHESIS(FLORIANÓPOLIS). , v.17, p.01 - 15, 2020.

Texto 9

ARAUJO, N.; NOVOA GARZON, L. F. Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia: desdobramentos territoriais e seu significado político-institucional. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA. , p.1 - 29,2020.

Texto 10

ACSELRAD, Henri et al. Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas Revista Antropolítica, n. 53, Niterói, p. 167-194, 3. quadri., set.-dez., 2021

Texto 11

VIANA, Virgílio. Abordagem Sistêmica para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Profunda. Revista Tempo do Mundo, IPEA, 2021

Texto 12

MORENO, Camila et. al. O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar. Brasília: Grupo Carta de Belém, Dezembro 2021.

Textos disponíveis no drive:

<https://drive.google.com/drive/folders/1TwN0ib0trLe8mc2fdpiddLHJzk6ngfKx?usp=sharing>

Referências bibliográficas Complementares:

SAUER, Sérgio & ALMEIDA, W. (Orgs.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília; EdUNB, 2011.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTRO, Edna. A Amazônia e seu Lugar na Integração Sul-Americana. In. NASCIMENTO, Rubens Martins. Relações Internacionais e Defesa na Amazônia. NAEA/UFGA, 2008.

08 de abril de 2020, Porto Velho

